

CONSTRUINDO RESPIROS COLETIVOS BUILDING COLLECTIVE BREATHS GABRIELA PEREIRA - GAIA, JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Gabriela Leandro Pereira - Gaia é Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição, e realiza atualmente estágio pós-doutoral. Coordena pesquisas sobre urbanismo, planejamento urbano, direito à cidade, questões étnico-raciais, gênero e diversidade, e história urbana. gabriela.leandro@ufba.br

<http://lattes.cnpq.br/9916943655624465>

Joana D'Arc de Oliveira é Cientista Social, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, realizando atualmente estágio Pós-doutoral. É Professora Doutora voluntária no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e coordena pesquisas sobre Cidades, Gênero, Territórios Negros, História da Arquitetura e do Urbanismo, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. joanadarcoliveira@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/9412303406727941>

ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE DEZEMBRO DE 2022

Como citar esse texto: PEREIRA, G. L.; OLIVEIRA, J. D. Construindo respiros coletivos. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/743/743pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Marcelo Tramontano: Em nome do comitê editorial, agradeço à Profas. Dras. Gabriela Leandro Pereira - Gaia e Joana D'Arc de Oliveira por terem aceito nosso convite para esta entrevista. Para a V!24, decidimos convidar uma pesquisadora expressiva no campo relacionado às questões de gênero interseccionadas à negritude, que, por sua vez, convidou uma pesquisadora de sua escolha para ser entrevistada. É assim que temos a honra e o privilégio de participar desta conversa entre essas duas mulheres negras de destaque em suas áreas, que gentilmente aceitaram este desafio.

Joana D'Arc de Oliveira: Boa tarde a todos e todas. A equipe editorial da revista VIRUS me fez esse convite tão importante e potente, incumbindo-me de selecionar alguém cujo papel considero fundamental nas abordagens relacionadas às arquiteturas contra-hegemônicas, tema da vigésimo quarta edição da revista. Gabriela Leandro Pereira, a Gaia, é alguém cujo trabalho e trajetória venho acompanhando já há algum tempo, com grande admiração.

Agradeço a você, Gaia, por ter aceito o nosso convite e gostaria de dizer que é uma honra muito grande dividir esse espaço com você. Dando início ao nosso diálogo, pediria que você falasse um pouco da sua trajetória.

Gabriela Gaia Leandro Pereira: Obrigada à Joana e a toda a equipe da revista pelo convite. Atualmente, sou professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas sou capixaba, cursei a graduação no Espírito Santo, para onde retornei esse ano para fazer pós-doutorado, depois de dezesseis anos longe da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Migrei, portanto, do Sudeste para o Nordeste, mas de uma região que se situa quase na periferia do Sudeste, em termos de centralidade do campo acadêmico e das grandes publicações. O Espírito Santo não está no eixo Rio-São Paulo, mas na encruzilhada entre Minas, Rio e Bahia, que acaba sendo um lugar também muito interessante de se estar inserido.

Estudei arquitetura no início dos anos 2000, bem na virada do milênio. Estávamos no final da era FHC¹, na transição para o primeiro governo Lula, época da criação do Ministério das Cidades e, em seguida, do Estatuto da Cidade. Formei-me em 2006, e muitos planos diretores estavam para ser feitos. Durante o curso, ao mesmo tempo que fui me deparando com algumas questões que me pareciam estranhas, também fui encontrando alguns caminhos potentes, especialmente uma grande aposta nos movimentos sociais e na participação popular. Estas questões tomaram um grande vulto na minha formação e me ajudam, hoje, a pensar questões que me parecem centrais, como aquelas relacionadas à racialidade, por exemplo. Naquele momento, elas pareciam um tanto quanto secundárias, porque havia uma grande urgência de se pensar um projeto político de país mais à esquerda, pautado, em grande medida, nas demandas da reforma urbana, junto com os movimentos sociais.

Tudo isto acontecia em uma academia que era muito mais branca do que é hoje. Ainda que muitos cursos de arquitetura sejam, ainda hoje, majoritariamente brancos, no início dos anos 2000 o eram muito mais e o debate racial, por exemplo, não estava presente. No máximo, ele existia nesse lugar não nomeado das periferias, junto aos movimentos sociais, mas este não era um tema acadêmico. Trabalhei na elaboração de vários planos diretores no interior do estado e na região Metropolitana da Bahia, o que me fez circular por muitos contextos e encontrar muitas dificuldades. Eu vinha de uma formação na qual também havia trabalhado muito com pesquisa, desde meados do curso de graduação, ao mesmo tempo envolvida em projetos de extensão junto ao escritório modelo da universidade, que era um lugar da prática e da militância. Quando, depois de formada, fui trabalhar em planejamento urbano, sabia que o lugar que me interessava era aquele das leituras comunitárias, dos diálogos com os movimentos, mas encontrei dificuldades na incorporação das demandas dos movimentos no planejamento institucional. Depois de um ano e meio trabalhando em vários planos, através de processos participativos e leituras comunitárias, percebi que precisava voltar para a academia, olhar criticamente para essa experiência que considero ter sido a grande aposta da minha formação.

Decidi fazer um mestrado em Salvador, uma decisão muito crucial porque a cidade é radicalmente pulsante, seja nas suas intensidades – das mais diferentes naturezas –, ou na insistência de demonstrar, o tempo todo, conflitos e coexistências, até então inimagináveis para mim. Em 2007, quando entrei no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador era uma cidade com 80% de sua população negra, mas o Programa de Pós-graduação era praticamente todo branco. Este foi um grande choque. Eu vinha da cidade de Vitória, onde 52% da

¹ Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998, 1998-2002).

população era negra, embora este fato não tivesse visibilidade nos discursos sobre a cidade, os quais privilegiam uma narrativa sobre a imigração italiana e alemã, do final do século XIX, que tomam um lugar enorme no imaginário sobre a cidade.

Mas Salvador é uma cidade inegavelmente negra. Em 2007, eu fiquei chocada em encontrar uma faculdade incrível em termos de debate, mas com um corpo docente da pós-graduação provavelmente 100% branco, e talvez 80% do corpo discente também. Foi neste contexto que comecei a tentar nomear essas questões que, para mim, tornavam-se impossíveis de serem negligenciadas. Na minha tese de doutorado², consegui trabalhar isso como um mote que passou a orientar os debates do meu trabalho. Assim, minha trajetória docente na UFBA, iniciada em 2016, tem se desenrolado tentando, sobretudo, estruturar um modo de trabalhar dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo com as questões da racialidade, das interseccionalidades, desde o ponto de vista das teorias e história, mas também do planejamento urbano e da crítica.

JDO: Em que momento das suas abordagens, análises e reflexões você percebeu que era fundamental selecionar e apropriar-se do elemento racial para compreender as territorialidades, a cidade e as suas hierarquias, bem como suas disposições? Em que momento você passa a se colocar no papel de investigadora que analisa a cidade a partir da perspectiva racial?

Gaia: No mestrado, eu desenvolvi uma investigação pautada na análise crítica e cartográfica de uma ocupação com a qual eu já vinha trabalhando desde a graduação. A ocupação ficava na periferia da região metropolitana da Grande Vitória. Hoje, essa ocupação é o bairro Alice Coutinho, que fica no limite entre as áreas rural e urbana do município de Cariacica. Na graduação, eu havia trabalhado juntamente com colegas estudantes em um projeto de extensão universitária, de assessoria ao movimento que organizava essa ocupação. Fui para Salvador para distanciar-me um pouco dessa prática extensionista e de assessoria, que demanda um grande envolvimento de luta diária. Mas eu também quis um distanciamento reflexivo para tentar entender o que levava aquelas famílias, com distintas trajetórias, algumas coincidentes e muitas marcadas por violência, a instalar-se naquela ocupação tão distante. O fato de situar-se naquele limite entre urbano e rural, tornava-a uma ocupação que era, ao mesmo tempo, uma realização e também um esconderijo.

Às vezes, o próprio Conselho Tutelar encaminhava algumas famílias vítimas de violência doméstica para essa ocupação, com a concordância do movimento, considerando que se tratava de um lugar relativamente protegido, distante de seus agressores. Na ocupação, confluíam, portanto, muitas esperanças de continuidade de vida, mas também diferenças e trajetórias muito marcantes. Na pesquisa de mestrado, eu tentei entender essas trajetórias e a própria ocupação para além da agenda do movimento, como espaço comum de tantas famílias com trajetórias tão marcantes. Eu já havia vivenciado diálogos muito potentes com os movimentos, porque trabalhei na concepção do plano diretor deste município e, ao final do processo, esta ocupação tornou-se um bairro que conseguimos incorporar como uma ZEIS³.

Uma das grandes conquistas dessa ocupação foi a construção de uma creche, que a comunidade conseguira manter como espaço público destinado ao convívio coletivo. A creche foi construída através de licitação pública, pela empresa que venceu a licitação por oferecer o menor preço. Pouco tempo depois de inaugurada, a edificação desabou por causa das precariedades construtivas, especialmente por emprego de material indevido e de baixa qualidade. Morreram três crianças. Este fato, em que até as conquistas extremamente desejadas e que comemoramos se desmontaram de uma forma tão trágica, me fez pensar que há algo nesse sistema que estrutura a precariedade e que se compõe, obviamente, por vários fatores.

Há algo que está além dos processos de se repensar a política, algo que condiciona a vida desses sujeitos periféricos. Até então, a questão da racialidade não era central na minha pesquisa, mas passou a ser nesse momento. Talvez, se eu olhasse para as disputas por terra, por mercado, em outras localidades da cidade encontraria situações de outra natureza. Inclusive porque estas mortes na periferia não geram comoção. São só mortes corriqueiras. Assim, a racialidade passou a ser, para mim, um elemento fundamental de análise, porque não é possível pensar um conjunto de ações, fatos e processos de modo

² PEREIRA, G. L. **Corpo, discurso e território: cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2015

³ Zona Especial de Interesse Social. Mais info: <https://bit.ly/3VovxMB>.

desconectado de um olhar que busque entender a cidade também do ponto de vista racial.

Refletir sobre estes processos desde a academia gera uma sensação de impotência. Mas eu precisava voltar para o espaço de formação, que é mais do que um espaço de pesquisa. Eu tenho um interesse muito grande em pensar o lugar de formação. De toda a seara da academia, o que mais me motiva é pensar a sala de aula como o lugar da formação. Então, na pesquisa de doutorado, eu trouxe a questão da racialidade como um tema, evitando fechar-me no meio acadêmico e distanciar-me da militância. Porque eu entendia que talvez o lugar da militância, naquele momento, precisava ser outro. A reflexão acadêmica poderia me ajudar a repensar o modo como eu me recolocaria na militância, e a entender os processos que estruturam as nossas cidades a partir de uma perspectiva racial.

JDO: Eu gostaria que você comentasse o que você aprendeu, ao longo da sua pesquisa de doutorado, com a Carolina Maria de Jesus⁴. O que ela lhe ensinou? O que ela deixou marcado na Gaia, que faz com que, hoje, você vá para a sala de aula imbuída de uma outra abordagem, de um outro programa, pensando na formação? O que ela trouxe para você e para a sua prática em arquitetura e urbanismo?

Gaia: Coincidentemente, tenho aqui do meu lado o livro "Quarto de despejo: diário de uma favelada"⁵, uma edição linda que saiu em 2020, que tem um pouco a ver com a minha fala e com o que eu aprendi com a Carolina. Inspirada pela narrativa dela, iniciei a minha pesquisa de doutorado sem muita certeza de aonde eu iria chegar. Eu estava estudando os saraus das periferias, mas não queria ir a campo interrogar as pessoas. A periferia está o tempo todo produzindo muitas coisas, e está na hora de olhar para essa produção menos como algo do qual se podem extrair informações, entendendo que há nela uma potência reflexiva. Talvez olhar de uma forma menos infantilizada as textualidades construídas de modo distinto do texto acadêmico. A periferia está falando há muito tempo. Quem são seus habitantes? Onde estão essas pessoas? Onde encontram esses textos? E se não forem textos, o que são? A princípio, tentei localizar espaços de produção cultural que gerassem alguns conteúdos, produtos e obras, espaços de saraus e espaços de coletivos, a partir de 2010. Mas quando comecei a investigar os lugares de produção literária, a Carolina foi aparecendo como uma referência. Nas falas de vários produtores culturais da periferia, escritores, poetas ou aqueles que faziam batalhas de *hip hop*, aparecia, em algum momento, Carolina Maria de Jesus, e até então eu não conhecia nada sobre ela.

Havia muito tempo que não eram mais lançados livros dela, porque sua produção não era muito procurada. Consegui encontrar esses livros em sebos e comecei a ler sua produção. Fiquei abismada ao ver que "Quarto de Despejo" era um livro que falava sobre a favela do Canindé, em 1960, que foi desfavelada em 1961. Como é que isso não é material obrigatório das disciplinas de Urbanismo? Uma favela desfavelada em 1961! Escrito em 1960, o livro é uma preciosidade sobre o cotidiano da favela. Depois, eu li o "Diário de Bitita"⁶, que falava da saída dela de Sacramento, do interior de Minas Gerais, até chegar a São Paulo. O livro cobre o período desde seu nascimento, em 1914, a migração de alguém que é neta de um escravizado e filha de uma mulher que nasceu sob a Lei do Ventre Livre. Carolina nasceu no interior de Minas, em uma sociedade vivendo ainda muito segundo os padrões escravistas. O que significava ir para São Paulo, uma cidade grande que estava se tornando uma metrópole? Fiquei apaixonada por isso, pela potência dos escritos dela, uma pessoa que tinha muita certeza da importância do que estava fazendo. Ela tinha certeza de que era uma escritora e de que esse era o seu destino na vida. Era muito atenta ao debate político, com uma escolaridade de pouquíssimos anos – um ou dois anos de estudo –, mas com sagacidade para compreender o momento político e histórico e refletir sobre ele nos seus textos. Carolina é, de fato, uma escritora muito sagaz, que vai dando nós na própria história, que ela conta de forma muito engenhosa.

Encontrar Carolina foi, para mim, uma experiência radical em termos de recuperar essa literatura há tanto tempo esquecida. Talvez nas letras, na literatura, ela ainda estava presente, mas, em outros campos, ela havia desaparecido. Em 2014, no centenário do seu nascimento, ela ressurgiu de um modo inimaginável. Foi muito bonito ver esse ressurgimento e também

⁴ Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, além de compositora e poetisa. Conhecida por seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicado em 1960. Mais info: <https://bit.ly/3XOFPXU>.

⁵ DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1960.

⁶ JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

a articulação de mulheres negras escritoras e de editoras de pessoas negras periféricas. Foi importante perceber que existia uma organização do movimento negro e de intelectuais negras para trazer Carolina para um lugar de destaque na academia. Ela foi um destaque de vendas, em 1960, mas rapidamente consumida como uma excepcionalidade. Assim, empenhei-me em trazer a sua narrativa ao encontro da narrativa dos processos de urbanização da cidade.

Procurei aproximar os autores do nosso campo, sobretudo pesquisadores de planejamento urbano, à narrativa da Carolina. Ela traz elementos que se situam nesse lugar da racialidade que os estudos do campo do urbanismo e do planejamento praticamente não tocam. Estructurei, então, um diálogo entre o campo estabelecido do urbanismo e do planejamento, a literatura da Carolina e trouxe, junto com ela, outros interlocutores das artes e da literatura que ajudaram a compor essa conversa. Carolina me ajudou a pensar caminhos. Eu entendo o texto dela como um guia que dialoga, que fricciona, mas que, sobretudo, ajudou-me a transitar por essa literatura acadêmica já estabelecida sem me deixar apreender por ela.

JDO: É muito comum que alguns intelectuais, teóricos, artistas e pessoas da comunidade negra pensassem todas essas violências, trazidas pelos processos urbanísticos, principalmente no início do século XX, quando se produzem propostas de modernização da cidade e um projeto de marginalização e exclusão dos corpos negros. Há, então, uma produção negra pensando todos esses processos, desde Lima Barreto⁷, a outros intelectuais como os geógrafos Andreilino Campos⁸ e Renato Emerson dos Santos⁹, que vão ancorar-se nessas abordagens para compreender a cidade. Para além desses teóricos, escritores, autores, que estão pensando a cidade em que eles vivem ou cidades a partir de uma perspectiva histórica, como você vê o papel dos movimentos negros? Como é que os movimentos negros lidam com esses processos de transformações urbanas que vão impactar diretamente a vida do povo preto nos mais variados aspectos?

Gaia: Do ponto de vista institucional, minha aproximação com os movimentos negros é muito recente. Sou uma pessoa que entrou na universidade antes da política de cotas. Sou a segunda geração da família a fazer estudos universitários. Para mim, o caminho da academia era um caminho “natural”, o que, no início dos anos 2000, colocava-me numa situação de exceção. Na época, meus pares negros da arquitetura tinham trajetórias muito parecidas com a minha. Quase todos também haviam cursado escolas técnicas federais e, em seguida, entraram na faculdade. Tínhamos o movimento negro como um movimento que construía caminhos, e eu trilhei esse caminho sem atuar diretamente junto ao movimento. Minha aproximação com o movimento negro aconteceu nos debates sobre as políticas de cotas e de ações afirmativas, quando eu consegui me aproximar mais e entender a relevância do movimento para esses caminhos que estavam sendo abertos.

Atualmente, pensando em movimentos bem recentes como, por exemplo, a Coalizão Negra por Direitos¹⁰, que reúne uma série de movimentos e organizações negras para construir uma agenda de temas e questões relevantes, o direito à cidade é uma questão, a moradia é uma questão. É interessante observar como esses movimentos e organizações reivindicam aspectos específicos de questões urbanas ou territoriais, como, por exemplo, as organizações quilombolas. Mas, ao mesmo tempo, na construção da reforma urbana e no debate no campo do planejamento urbano, mesmo no campo progressista e aliado aos movimentos de luta por moradia, a questão racial não é colocada como uma questão do planejamento urbano ou de outras áreas envolvidas na construção de políticas urbanas do Ministério das Cidades.

Esse debate, que também precisa ser racializado, juntamente com o movimento negro vêm construindo modos de se inserir em diferentes frentes, demandas e questões. As questões raciais são também questões urbanas, mas não se situam na agenda oficial dos movimentos específicos do urbano. Ao mesmo tempo, os movimentos negros participam ativamente do

⁷ Lima Barreto (1881-1922) foi um importante escritor brasileiro da fase Pré-Modernista da literatura. Sua obra está impregnada de fatos históricos e de uma perspectiva da sociedade carioca.

⁸ Andreilino de Oliveira Campos. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7464184670798122>

⁹ Renato Emerson Nascimento dos Santos é geógrafo, mestre em Planejamento Urbano e Regional e doutor em Geografia. Atualmente (2018-) é professor adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

¹⁰ A Coalizão Negra por Direitos é uma organização em prol do movimento negro no Brasil. É formada por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições. Mais informações em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

debate público e constroem muita coisa. Porque mesmo que talvez não construam uma política urbana nos moldes da reforma urbana, são eles que estão costurando, no cotidiano, políticas que incidem diretamente nos territórios periféricos. O tema do direito à cidade e as questões do planejamento urbano estão diretamente inseridos nos debates dos vários movimentos e organizações negras. É hora de vermos esta agenda tornar-se oficial, apresentada como uma agenda do direito à cidade, na qual os movimentos negros também estão disputando e tensionando o que seria isso. Porque os cursinhos populares estão nos territórios, nos espaços culturais, na rede que articula todo o suporte às comunidades, desde a pandemia de Covid-19 no que se refere à distribuição de alimentos. É preciso entender como os territórios periféricos operam e como é possível construir redes ali. Quem domina estes territórios são os movimentos negros e este é um dado importante. Estamos no momento de articular essas agendas e ver como podemos construir algo juntos, pelo menos no campo do planejamento urbano.

JDO: Eu gostaria que você falasse um pouco sobre as formas como o povo preto grafa o território. Como são expressas essas grafias, para além das políticas de exclusão, imaginação, etc.? Qual a sua percepção dessas grafias, que muitos chamam de territorialidades negras e de espaços de resistência?

Gaia: São muitos os modos como a presença negra se inscreve nas cidades. Pensando com autores como Maria Estela Ramos¹¹, que estuda os bairros negros, e Diosmar Filho¹², geógrafo com quem tenho trabalhado muito em Salvador, a partir dos territórios negros, eu entendo que a cidade "branca" também é uma cidade negra. Esta cidade não se ergue do nada, não se ergue sem seus construtores. Tenho pensado muito nesse empenho, uma vez que a história material da cidade é uma história de empenho negro. Não acredito no debate hermético baseado em compreensões como "este é um bairro negro" e "aquele é um bairro branco". As questões são mais complexas e as negociações estão continuamente acontecendo. Por isso, não é possível estudar a cidade como se ela se erguesse de modo dissociado da presença negra.

Há uma pesquisadora estadunidense de quem eu gosto muito, chamada Adrienne Brown¹³, que argumenta que a história da arquitetura é a história material das raças. Toda arquitetura é uma arquitetura racial. Este argumento desloca a discussão para um outro lugar. Eu acredito que existe um modo de grafia do povo preto nas cidades, mas esse modo pode apresentar-se também de maneira muito diversa. Vitória e Salvador são cidades nas quais encontro questões coincidentes em termos de organização dos territórios de maioria negra, mas, ao mesmo tempo, têm especificidades. Em Salvador, há bairros que crescem a partir da presença dos terreiros, em um processo muito mal trabalhado pelo campo do Urbanismo, dados os poucos pesquisadores que trabalham sob essa perspectiva. Ao estudarmos a história do urbanismo de Salvador, vamos perceber argumentos que falam da periferia crescendo porque o centro expulsa as pessoas para lá. Mas também vamos encontrar a agência dos terreiros em agregar pessoas em torno deles, na construção de bairros e comunidades. Trata-se de um processo ainda não suficientemente descrito na história da cidade de Salvador. Em uma cidade como Vitória, onde a presença dos terreiros nos moldes daqueles de Salvador não é tão expressiva, ou que se expressa de outros modos, vamos precisar de outras lentes para entender como estas comunidades foram se estruturando, às vezes na periferia, às vezes no morro, às vezes na borda entre o plano de Saturnino de Brito e o morro.

Um dos grandes desafios é, portanto, entender as evidências raciais nos processos de produção das cidades e de criação de espacialidades, e também entender a negociação constante entre os diferentes modos de organizar o território. Estes modos não são necessariamente excludentes, mas se sobrepõem, contaminam-se, influenciam-se e se diferenciam no tempo. Considero que o tempo vai criando sobreposições que vão exigindo que entendamos que camadas são essas neste grande palimpsesto, onde acumulam-se inscrições na cidade. Tenho pensado isso como um grande desafio que não aparte a cidade supostamente "branca", e que não nos impeça de pensá-la enquanto uma cidade onde as racialidades também organizam os modos de sua produção.

JDO: Gaia, o que você sugere sobre o processo de formação do arquiteto e urbanista, para além da inserção de

¹¹ Maria Estela Rocha Ramos Penha. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3100513551876982>

¹² Diosmar Marcelino de Santana Filho. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3918996705603114>

¹³ Adrienne Brown é professora na Universidade de Chicago, especialista em Produção Cultural Americana e Afro-americana no século XX, com ênfase na história da percepção moldada pelo ambiente construído.

autores negros, de temáticas raciais nos programas disciplinares dos cursos de graduação e pós-graduação? Temos visto, por exemplo, algumas discussões em torno das contribuições dos saberes africanos na arquitetura brasileira. O que seria fundamental que os professores que estão à frente das salas de aula, formando futuros profissionais, tenham claro? Como trazer, ao processo de formação, um engajamento maior dessas pautas?

Gaia: Voltando ao debate proposto por Adrienne Brown, toda arquitetura é arquitetura racial. A história material da arquitetura é a história material das raças. Temos que entender que a história da arquitetura e a história do urbanismo estão inseridas no evento racial. Elas não estão dissociadas, não são neutras. A arquitetura não está apenas respondendo, de forma ingênua, a um estado de coisas. Se entendermos a arquitetura, as tecnologias e a teoria desta perspectiva, a reflexão já se inicia em um outro lugar. Eu tenho resistido muito a dar disciplinas optativas. Tenho me interessado mais em dar as disciplinas obrigatórias, mesmo que sejam obrigatórias tradicionais. Porque ainda que eu use uma certa bibliografia que não coloca estas questões, a maneira como eu olho para essa bibliografia diz outra coisa sobre ela. A partir das perguntas eu faço, a partir das questões eu trago, a partir de quem eu trago para dialogar com essa literatura. E, claro, precisamos criar outras disciplinas mais específicas, como, por exemplo, estudos de arquitetura africana em torno de um urbanismo produzido na África, e se é urbanismo mesmo ou que outros nomes poderíamos dar a organizações espaciais milenares que estão aí e que nem acessamos. Nessa caso, trata-se de uma questão conteudista, pois este é um conteúdo que não nos foi colocado.

Mas, para além desse conteúdo, tenho pensado muito na maneira como olhamos para o campo, para a tecnologia, para a história. Além de buscar outras referências, este olhar demanda um gesto crítico e prático. Por exemplo, numa disciplina de projeto, mesmo que não seja um projeto sobre tecnologias africanas, quais tecnologias mobilizamos para responder a quais questões? A que elas respondem? E o que elas arrasam também quando respondem? Outro exemplo é o urbanismo do início do século XX, que é um urbanismo do melhoramento eugênico. Mas mesmo sem usar o discurso eugenista, que por si só já carrega uma série de questões, trata-se da desafrikanização da cidade. Ou seja, para além de um conjunto de questões sobre salubridade, de toda a herança eugênica que o urbanismo higienista porta, há um desejo de desaparecimento de determinados modos de vida no país, que constrói, na década de 1930, o discurso de romantização da mestiçagem. A arquitetura está respondendo a isso.

Está ocorrendo um debate que eu tenho gostado muito de acompanhar. É um debate do Norte Global e, ainda que o Sul tenha várias questões cruciais sobre decolonialidade, interessam-me muito as questões diaspóricas. Para pensar questões diaspóricas, eu não consigo pensar só em um diálogo Sul-Sul, embora o diálogo com a África seja fundamental. Mas, pensando que a experiência diaspórica está no Norte também, tenho procurado, dentro do campo da arquitetura e urbanismo, quem está pensando o campo a partir de uma perspectiva diaspórica. Assim, conseguimos ir desmontando essa ideia de que o campo é neutro. Entender essa produção disciplinar da arquitetura e do urbanismo como imersa nas ideologias e nos eventos raciais, nos quais ela está inserida, possibilita-nos outras formas de construir práticas pedagógicas ou modos de ler os textos e possibilidades críticas, bem como possibilidades de práticas.

Atualmente, no pós-doutorado, estou estudando a região serrana do Espírito Santo, que é de onde veio parte da minha família. É uma região com muitos descendentes de imigrantes alemães e italianos, mas onde toda a tecnologia usada na produção agrícola é uma mistura de técnicas indígenas, africanas e as técnicas dos colonos. Na narrativa oficial, essa tecnologia é totalmente embranquecida. Ela sustenta que os colonos europeus são os agricultores bem sucedidos, diferentemente dos indígenas e africanos que ficaram lá tanto tempo e não conseguiram produzir nada. Que olhar é esse? Eu não tenho respostas práticas, Joana, mas talvez minhas respostas sejam perguntas: como é que olhamos para o campo? Que perguntas fazemos ao campo? E como podemos trazer, novamente, questões da evidência racial como uma aposta para olhar para a cidade, olhar para as arquiteturas, para o campo da teoria e crítica, para o campo do urbanismo? É assim que eu tenho procurado pensar a prática pedagógica.

Mas esta prática também demanda um letramento racial. Por exemplo, eu vou criticar o quê, se estou tão apartada de um debate que se fundamenta numa perspectiva racial? São dois movimentos: um, o de olhar para o campo através de uma

perspectiva racial, e outro, como é que construímos um letramento racial, como a recente Lei 10.639¹⁴, que obriga o estudo de história africana e afro-brasileira nas escolas. Trata-se de uma grande conquista do movimento negro, talvez uma de suas conquistas mais relevantes, considerando o seu impacto no campo de educação. Mas quando se chega à faculdade, esta compreensão desaparece. Cada campo já tem suas especificidades, tem um rol de debates canônicos. Como fazer esse letramento racial e trazê-lo para dentro dos nossos espaços, para que consigamos ter condições de olhar criticamente para os canônicos ou não canônicos?

JDO: Gaia, suas reflexões são de extrema importância na perspectiva de desconstrução da arquitetura hegemônica, para compreendermos a produção da cidade a partir dessa perspectiva racial, do reconhecimento da participação desse sujeito negro na construção da cidade que também é branca. Eu gostaria que você falasse das suas perspectivas para atingirmos as potencialidades que você trouxe na sua fala, por meio do letramento racial, da inserção destas abordagens no programa dos cursos de arquitetura e urbanismo, dessa relação com a prática, e um ponto extremamente importante da sua fala, que é a forma como olhamos e investigamos as questões que devemos colocar. Tudo isso faz uma grande diferença. Quais são, então, as suas perspectivas para essas aspirações, que ocorrem em vários campi universitários, mas, em geral, de forma muito isolada? Como você vê isso? Nós começamos as nossas pesquisas em 2000, entramos juntas na graduação, eu comecei o doutorado em 2010, estudando esta temática, e venho construindo uma trajetória, que é longa, exaustiva e, ao mesmo tempo, arrebatadora. O trabalho de Carolina de Jesus não tinha a repercussão que tem hoje. Temos conquistas, mas temos muitos desafios que ainda precisam ser vencidos. Quais são as suas perspectivas para que esse ensino de arquitetura e urbanismo produza profissionais que enxerguem a cidade a partir de uma perspectiva plural, racial, cultural, étnica, social e todos esses possíveis?

Gaia: É um caminho longo, árduo e com tanto ainda por fazer. Pensando em passos possíveis, o que tenho tentado fazer nos últimos anos é construir um diálogo de muita proximidade com os estudantes que estão entrando, sobretudo com aqueles oriundos das ações afirmativas, das políticas de cotas. Um diálogo em que pensamos juntos as questões que eles estão trazendo. Pensando em estudantes, pluralmente. Porque os estudantes que estão entrando agora trazem seus contextos de periferias específicas, de histórias e trajetórias familiares específicas, de acúmulos distintos. E, no final, como isso impacta o campo? O que a presença deles vai demandar do campo? Tenho pensado muito em questões comuns a vários estudantes, ou em questões que temos que construir por acharmos que são importantes, como, por exemplo, questões projetuais.

Esta é uma grande demanda dos estudantes. Eles não têm referências, então procuramos referências. Em geral, as disciplinas de projeto ocupam uma grande parte da carga horária do curso de Arquitetura e Urbanismo. Na UFBA, são 12 horas de ateliê de projeto por semana. Isso significa que, na maior parte do tempo, os estudantes estão pensando em projeto e em referências de projeto. Eles têm uma demanda constante de arquitetos pretos que estejam tensionando o campo do projeto. Começamos a levantar referências, bibliografia, compartilhar, criar um *blog*, promover debates e ver que questões são essas que estão sendo discutidas em torno dos projetos¹⁵. Com isso, o projeto se torna uma questão importante dentro do debate da racialidade, e as periferias também. Que periferias são essas? Quais são as histórias não contadas desses territórios? Como sobrepomos estas narrativas às narrativas oficiais dos lugares estabelecidos?

O debate não está necessariamente em lugares ou objetos que não conhecemos ou nos quais nunca estivemos. Quando nos dispomos a olhar para estes mesmos objetos, temas, recortes, a partir de questões e trajetórias que não estão nos livros ou nas pesquisas, mas que os estudantes trazem juntamente às suas próprias experiências e histórias, vemos que há muito por fazer e por refazer. Seja de um lugar, de uma especificidade da prática, da crítica, da teoria ou da história. Eu tenho pensado muito nisso, em como muitas vezes matamos esses estudantes quando chegam ao curso, enchendo-os de conteúdos canônicos que eles terão que aprender para só depois conseguir responder às questões que eles trazem e que não estão nos cânones. Nos últimos anos, este tornou-se, para mim, um grande desafio. Como alimentamos os estudantes

¹⁴ BRASIL. LEI Nº 11.639 de 10/01/2003. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>

¹⁵ Ver site da pesquisa Arqúitetas e Arqúitetos negros pelo Mundo: <https://arqúitetasnegras.ufba.br/>.

e não deixamos que a faculdade anule as referências que eles trazem? Ou como conseguimos construir respiros coletivos? Porque é muito pesado para alunos de graduação, que é meu lugar de grande preocupação, ter que dar conta de toda a referência canônica – que, em muitos aspectos, lhes é estranha –, e ainda ter que construir argumentos para refutá-la.

Então, como nos comunicamos com a realidade desses estudantes, não só aqueles da periferia, mas a realidade do mundo contemporâneo, onde habita a geração de 20 anos que está entrando agora na faculdade? Além do debate mais amplo do campo e das questões que não estão postas, a aproximação com eles nos traz coisas frescas e novas, que nós, apesar de vivências racializadas e de gênero, embora já estejamos acostumadas ao universo acadêmico da arquitetura e do urbanismo, nem conseguimos perceber. Acredito que eles trazem coisas que eu não percebo, coisas que são muito novas e isso me ajuda a despertar, me tira do meu conforto e me leva a pensar estas questões para além do universo que eu acreditava dominar.

O esforço acaba sempre sendo conseguir envolver esse estudante, entender quais são as suas questões, mas entender também que a academia é um trecho muito pequeno da vida dele. Tenho tentado trazer, nas pesquisas, em projetos e em várias frentes, as famílias dos estudantes. Temos feito, no nosso grupo de estudos, uma série de trabalhos e projetos que envolvem resgatar um pouco essas trajetórias familiares e pensá-las enquanto histórias espaciais. Isso parece ser um caminho muito potente, no sentido de que faz parte da academia, mas acaba extravasando-a porque, para ser realizada, mobiliza outras pessoas, pessoas próximas e pessoas que se interessam. Porque elas também passam a olhar para suas trajetórias como trajetórias que importam à academia, a partir dos seus filhos e seus netos. Esta é uma proposta de caminho.

Recentemente, na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, eu propus a instalação de uma pesquisa que eu tenho feito com minha irmã, que se chama "O Fabuloso Inventário das Obras do Meu Avô"¹⁶. Meus dois avôs eram construtores, trabalhavam na construção civil. Um era covoqueiro, aquele profissional que extraía as rochas que depois viram paralelepípedo, meio-fio, muro de arrimo. É uma profissão que desapareceu com as novas tecnologias, não sei se ainda existe, mas, oficialmente, ele era um funcionário da prefeitura. Meu outro avô era marmorista. Conversando com eles, percebemos o quanto gostavam de falar das obras em que haviam trabalhado. Nós nunca olhamos para essas obras como parte da história material da cidade, nesse lugar em que olhamos para outras arquiteturas que pesquisamos, investigamos e colocamos como referência. Esta tem sido uma experiência muito importante para nós. Temos compartilhado com estudantes que também estão pesquisando seus avós e pais construtores. De repente, temos o que estamos chamando de herdeiros da cidade, herdeiros do legado deixado por pais e avós, que nunca aparecem nas referências, nos inventários de arquiteturas tombadas, como, por exemplo, a Concha Acústica de Vitória, no parque Moscoso, onde um dos nossos avôs trabalhou. Fomos atrás do inventário. Sabíamos, obviamente, que não iríamos encontrar o nome dele nos documentos, mas a busca serviu para confirmar que estes sujeitos são anonimizados pela historiografia, apesar de terem estado ali, erguendo as arquiteturas da cidade.

Quando conversamos sobre as trajetórias familiares dos construtores com os estudantes que chegam à universidade através das ações afirmativas, confirmamos que homens pretos pobres, neste país, majoritariamente trabalham na construção civil ou já trabalharam, ou alguém é neto de um avô que trabalhou, ou migrou para a cidade para trabalhar. São filhos e netos de mulheres que foram ou são empregadas domésticas. Um aluno que defendeu o Trabalho Final de Graduação hoje disse: "como é que eu vou projetar um quarto de empregada se a minha mãe e minha irmã são empregadas domésticas? Mas isso é obrigatório nos escritórios em que eu vou fazer estágio". Esse debate faz parte do TFG dele.

Quando trazemos essas histórias, que são histórias espaciais, materiais, projetuais e que falam do nosso campo disciplinar, ainda que vistas a partir de outros sujeitos e de outras perspectivas, elas parecem apontar para caminhos potentes, capazes de explodir os limites da reflexão acadêmica, dos exercícios acadêmicos e dos sujeitos subalternizados e invisibilizados pelo próprio campo. Trata-se de uma aposta na direção de pensar como eles podem afetar radicalmente lugares e vidas que não são alvo de atenção e cuidado. Então, é sobre questão racial, é sobre racialidade e é sobre arquitetura, é sobre urbanismo, é sobre muitas outras coisas, sobre muitas outras vidas racializadas. Não é só sobre violência, mas como podemos pensar vidas plenas e, inclusive, reposicionar esses sujeitos anonimizados, que passam a ter nomes.

¹⁶ 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo | Travessias. "O fabuloso inventário das obras do meu avô". Mais informações em: <https://bienaldearquitetura.org.br/en/programacao/activation-of-the-work-legacy-fabulous-inventory-of-my-grandfather/>

Anonimizados a partir de quem? São avôs, avós, pais, tios, são pessoas queridas que tocam violão, que vão à praia com as famílias. Esta ação os re-humaniza. É uma relação tão banalizada, que continuamos a construir hierarquias entre arquitetos, construtores e todos os outros sujeitos que compõem a cadeia da construção civil da qual somos parte.

Este tem sido um caminho bonito no qual eu aposto, mesmo que seja algo que não vai mudar o campo radicalmente, mas vai mudar a prática, vai mudar a vida das pessoas que importam, a partir de sua chegada à universidade.

MT: Gaia, tenho uma última pergunta, que fazemos a todos os nossos entrevistados: o futuro lhe parece promissor?

Gaia: Sim, me parece! Acho que precisa parecer. Me parece promissor, mas me parece também desafiador. É promissor, mas é instável e está sempre ameaçado. Esse é o alerta constante, mas enquanto ele existir, ele é real. Eu tenho fé no futuro promissor, mas tenho consciência de que ele está ameaçado o tempo todo. Isto torna extremamente árduo e imprescindível o trabalho de mantê-lo vivo e promissor.

MT: Joana, eu queria lhe fazer a mesma pergunta: o futuro lhe parece promissor?

JDO: Sim, eu também vejo o futuro como promissor, principalmente a partir da participação ativa dos estudantes, das novas gerações que estão chegando ávidas por outras abordagens, por outros conhecimentos e que nos tiram, como Gaia colocou, da nossa zona de conforto, para pensar para além da academia, dos programas, das teorias, que são fundamentais mas que precisam também ser compreendidas aglutinadas com outros processos. Vejo uma série de potencialidades para o futuro e vejo, também como Gaia coloca, uma série de ameaças, nos campos econômico, racial e social. Os enfrentamentos raciais são históricos e eles permanecem na nossa sociedade impactando a vida do jovem preto da periferia. Acredito que, por meio da academia, conseguimos pensar em posturas que dialoguem com uma sociedade mais ampla, mais diversa e mais plural. Vejo na educação uma ferramenta de transformação essencial, tanto para o combate ao racismo estrutural, vigente na arquitetura e no planejamento e nos mais variados campos, como também para um processo de inserção e de emancipação do sujeito. A educação é transformadora, ainda em um diálogo com Paulo Freire.

Gaia trouxe uma questão que, para mim, é muito cara: as histórias familiares, a compreensão de quanto o sujeito carrega saberes de ancestralidade e história. Entender o quanto a espacialidade em torno da casa, do quintal – eu trabalho sobre casas e quintais –, está conectada com a formação desse sujeito, e como trazer essas pautas para academia. É preciso trazer esse sujeito de uma maneira mais acolhedora para a universidade. Creio nessa aproximação com o aluno, nessa escuta àquilo que o aluno traz, nessa troca que estabelecemos no dia-a-dia. E também nas potencialidades de que o letramento racial é algo a ser debatido por todos os docentes, por todos os alunos, por todos os funcionários.

A desconstrução do racismo é, sempre, uma luta coletiva.